REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

EVASÃO ESCOLAR NA EJA: DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

SCHOOL DROPOUT IN ADULT EDUCATION: CHALLENGES FOR STUDENT RETENTION

Ciências Humanas • 20/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794913233

Carleane Alves da Conceição[1]

Luciléia Lima Freire[2]

RESUMO

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um desafio para a garantia do direito à educação e para a permanência dos estudantes no processo de escolarização. Este estudo tem como objetivo compreender a evasão escolar na EJA e os desafios para permanência dos estudantes. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza básica, com caráter descritivo e explicativo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à temática. Parte do seguinte problema: como acontece a evasão escolar na EJA e quais desafios para a permanência dos estudantes? As discussões fundamentaram-se principalmente nas contribuições de Freire, Saviani, Vygotsky e Wallon. Os resultados apontam que a evasão escolar na EJA é um fenômeno multifatorial, relacionado a aspectos sociais, econômicos, afetivos, pedagógicos e institucionais. Destaca-se ainda a importância de valorizar as experiências e os conhecimentos prévios dos estudantes, promovendo práticas educativas significativas, acolhedoras e relacionadas às suas realidades. Conclui-se que o enfrentamento da evasão na EJA exige ações que ultrapassem a responsabilização individual do estudante, envolvendo políticas públicas efetivas e práticas pedagógicas que favoreçam a permanência, a aprendizagem e a conclusão da escolarização.

Palavras-chave: Evasão escolar; Educação de Jovens e Adultos; Permanência escolar; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

School dropout in Youth and Adult Education (EJA) poses a challenge to guaranteeing the right to education and ensuring students remain in the schooling process. This study aimed to

understand school dropout in EJA and the challenges affecting student retention. The research is qualitative, basic, descriptive, and explanatory in nature, conducted through a literature review analyzing books, scientific articles, dissertations, theses, and official documents related to the topic. The study addressed the following problem: how does school dropout occur in EJA, and what are the challenges regarding student retention? Discussions were primarily grounded in the contributions of Freire, Saviani, Vygotsky, and Wallon. The results indicate that school dropout in EJA is a multifactorial phenomenon linked to social, economic, affective, pedagogical, and institutional aspects. The study also highlights the importance of valuing students' experiences and prior knowledge, promoting educational practices that are meaningful, welcoming, and relevant to their realities. It concludes that addressing dropout in EJA requires actions that go beyond placing responsibility solely on the individual student, involving effective public policies and pedagogical practices that foster retention, learning, and the completion of schooling.
Keywords: School dropout; Youth and Adult Education; School retention; Pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A EJA surge como uma modalidade voltada à garantia do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade regular, mas que ainda enfrenta dificuldades significativas quanto à permanência dos educandos. De modo geral, a discussão sobre evasão escolar na EJA envolve a análise de múltiplos fatores que impactam a continuidade dos estudos, incluindo condições de vida, organização escolar e práticas pedagógicas.

Os estudantes dessa modalidade, em sua maioria, conciliam trabalho, responsabilidades familiares e estudo, o que impõe limites concretos à sua permanência no ambiente escolar. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes e de estratégias pedagógicas adequadas às especificidades desse público contribui para o aumento das taxas de abandono, evidenciando a necessidade de um olhar mais atento para essa realidade.

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um dos principais desafios enfrentados pela educação brasileira, refletindo desigualdades históricas no acesso e na permanência dos sujeitos no sistema educacional. No contexto da área educacional, discutir a evasão na EJA é fundamental, uma vez que essa modalidade desempenha um papel importante na promoção da inclusão social e na garantia do direito à educação.

A permanência dos estudantes não depende apenas do acesso à escola, mas da construção de condições que favoreçam sua continuidade, como práticas pedagógicas significativas, acolhimento institucional e políticas públicas eficazes. Assim, a escola assume um papel central nesse processo, sendo responsável por promover um ambiente que valorize as experiências e necessidades dos educandos.

Diante disso, emerge como problema de pesquisa a seguinte problema: como acontece a evasão escolar na EJA e quais desafios para a permanência dos estudantes? O objetivo geral é: compreender como acontece a evasão escolar na EJA e quais desafios para a permanência dos estudantes. Diante dessa problemática, a presente pesquisa orienta-se pelas seguintes questões norteadoras: como se configura a evasão escolar na

Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Como pode ser a permanência dos estudantes na EJA? Quais os principais desafios contribuem para evasão escolar na EJA? Essas indagações buscam direcionar a compreensão do fenômeno, possibilitando uma análise crítica acerca das condições que influenciam a trajetória educacional desses sujeitos.

Os objetivos específicos são: entender como se configura a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA); identificar como pode ser a permanência dos estudantes na EJA; descrever os principais desafios contribuem para evasão escolar na EJA.

A ideia central deste estudo consiste em compreender como os desafios enfrentados pelos estudantes da EJA interferem diretamente em sua permanência e contribuem para a evasão escolar. Nesse sentido, embora autores como Freire (1996), Saviani (1991), Vygotsky (1993) e Wallon (1978 apud ALMEIDA, 2012) fundamentem teoricamente as discussões sobre educação, aprendizagem e práticas pedagógicas, este trabalho busca situar a relevância dessas contribuições no campo educacional.

Dessa forma, a pesquisa delimita-se à análise da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, com ênfase nos desafios que dificultam a permanência dos estudantes no processo educativo. Busca-se compreender como fatores externos, como condições socioeconômicas, e fatores internos, como práticas pedagógicas e organização escolar, se articulam e influenciam a trajetória desses sujeitos. Essa delimitação permite direcionar a investigação para aspectos específicos do fenômeno, contribuindo para uma análise mais consistente e aprofundada.

A escolha deste tema motiva-se tanto por sua relevância social quanto por sua importância acadêmica, considerando os desafios ainda presentes na EJA no que diz respeito à permanência dos estudantes. Além disso, a motivação para a realização desta pesquisa está relacionada à necessidade de compreender melhor os fatores que contribuem para a evasão escolar, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. Refletir sobre essa problemática torna-se essencial para a construção de uma educação mais inclusiva, que atenda às reais necessidades dos sujeitos jovens e adultos.

Por fim, define-se como objeto de análise deste estudo a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, com foco nos desafios que interferem na permanência dos estudantes. Busca-se, portanto, investigar como esses fatores se manifestam e de que maneira contribuem para a interrupção da trajetória escolar, possibilitando reflexões que possam subsidiar práticas educativas mais eficazes e comprometidas com a permanência e o sucesso dos educandos.

2. EVASÃO ESCOLAR E DESAFIOS DOS ESTUDANTES DE EJA

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um fenômeno complexo que expressa as desigualdades sociais e educacionais historicamente presentes no Brasil. Trata-se de uma problemática que ultrapassa a dimensão individual do estudante, estando diretamente relacionada às condições socioeconômicas, às práticas pedagógicas e à organização do sistema educacional. Nesse sentido, compreender a evasão escolar na EJA exige uma análise crítica que considere os determinantes sociais, culturais e institucionais que interferem na permanência dos educandos.

Segundo Freire (1996) “A educação deve ser compreendida como um processo dialógico e libertador” no qual o estudante é sujeito ativo na construção do conhecimento. No entanto, na realidade da EJA, observa-se que muitos estudantes vivenciam experiências escolares marcadas por exclusão, reprovação e distanciamento da cultura escolar, o que contribui para a fragilização do vínculo com a escola e, consequentemente, para a evasão. A ausência de práticas pedagógicas contextualizadas e significativas pode comprometer a permanência desses sujeitos no ambiente escolar.

Nessa abordagem, o estudante deixa de ser um mero receptor de conteúdos e passa a ser reconhecido como protagonista de sua própria aprendizagem, valorizando-se suas experiências e saberes prévios. Tais experiências acabam influenciando diretamente sua relação com a escola. Dessa forma, quando as práticas pedagógicas dialogam com a realidade dos estudantes, e consideram suas vivências socioculturais, há uma diminuição significativa do risco de abandono escolar, evidenciando a necessidade de uma educação mais contextualizada, inclusiva e significativa.

No campo das políticas educacionais, Saviani (1991) destaca que a escola pública brasileira historicamente reproduz desigualdades estruturais, o que se reflete diretamente nas taxas de abandono escolar. Na EJA, essa realidade se intensifica devido ao perfil dos estudantes, que em sua maioria conciliam trabalho, responsabilidades familiares e estudo, enfrentando dificuldades para manter a frequência escolar. Dessa forma, a evasão não pode ser compreendida apenas como escolha individual, mas como resultado de condições materiais adversas.

A partir dessa perspectiva, essas condições impõem limites concretos à continuidade da trajetória escolar, dificultando a assiduidade e contribuindo para o aumento das taxas de abandono. Assim, a evasão escolar na EJA deve ser compreendida a partir de uma perspectiva estrutural, que considera as condições materiais de existência dos sujeitos, mas expressão das desigualdades sociais que atravessam o sistema educacional.

Além disso, Vygotsky (1993) contribui para a compreensão do processo de aprendizagem ao enfatizar a importância das interações sociais na construção do conhecimento. Na EJA, a ausência de metodologias que valorizem os saberes prévios dos estudantes e suas experiências de vida pode gerar desmotivação e afastamento da escola. Assim, a aprendizagem significativa depende da mediação pedagógica e da valorização do contexto sociocultural dos educandos.

Diante disso, o conhecimento não é construído de forma isolada, mas resulta das relações estabelecidas entre os sujeitos e o meio em que estão inseridos, sendo a linguagem e a interação elementos centrais nesse processo. Essa abordagem evidencia a importância de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as experiências de vida dos estudantes, trajetórias profissionais e vivências sociais como parte integrante do processo educativo.

De acordo com Wallon (1978 apud ALMEIDA, 2012), o processo de aprendizagem envolve não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais e afetivos. Nesse sentido, muitos estudantes da EJA apresentam trajetórias escolares marcadas por fracassos anteriores, o que impacta sua autoestima e confiança na continuidade dos estudos. Esse aspecto emocional pode ser

determinante para a permanência ou evasão escolar, evidenciando a necessidade de uma prática pedagógica sensível às dimensões afetivas do sujeito. Nesse sentido, o processo educativo não pode ser reduzido à transmissão de conteúdos, uma vez que envolve também a construção de vínculos afetivos e a vivência de experiências que impactam a motivação e o engajamento do estudante.

2.1. Evasão Escolar na EJA

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é compreendida como o abandono temporário ou definitivo do processo de escolarização por parte dos estudantes antes da conclusão das etapas da educação básica. Trata-se de um fenômeno complexo que não se limita à saída física do aluno da escola, mas envolve um conjunto de fatores sociais, econômicos, institucionais e pedagógicos que influenciam a permanência ou o afastamento do educando do ambiente escolar.

De acordo com estudos na área da educação, a evasão escolar pode ser definida como a interrupção da trajetória escolar sem a conclusão do nível de ensino em que o estudante está matriculado, configurando-se como uma interrupção no direito à educação (BRASIL, 1996). Nesse cenário, a evasão na EJA está fortemente associada a fatores externos à escola, como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a sobrecarga de responsabilidades familiares, as dificuldades financeiras e a ausência de condições adequadas de permanência.

Essas condições externas à escola evidenciam que a evasão não pode ser compreendida de forma isolada, mas como reflexo das desigualdades sociais que atravessam a realidade dos estudantes da

EJA. No entanto, é necessário considerar também os fatores internos ao sistema educacional, que exercem influência direta na permanência desses sujeitos. Entre eles, destacam-se a rigidez da organização curricular, a utilização de metodologias de ensino pouco contextualizadas e a ausência de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos jovens e adultos, suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios.

Conforme apontam análises sobre a modalidade, a EJA surge justamente como resposta histórica à exclusão educacional, mas ainda enfrenta desafios relacionados à permanência e à garantia de aprendizagem significativa (Saviani, 1991). Nesse sentido, a evasão escolar na EJA deve ser interpretada como resultado de um conjunto de desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Além disso, a evasão pode ser compreendida como um indicador da fragilidade das políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos, evidenciando a necessidade de ações mais efetivas que considerem as especificidades desse público. Como destacam estudos na área, a EJA exige uma proposta pedagógica flexível, contextualizada e sensível às condições de vida dos estudantes, de modo a promover não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão da escolarização (Wallon, 1978 apud ALMEIDA, 2012).

Dessa forma, compreender a evasão escolar na EJA implica reconhecer que se trata de um fenômeno multifacetado, que envolve dimensões sociais, econômicas, emocionais e pedagógicas. Assim, sua superação depende da articulação entre políticas públicas inclusivas e práticas educativas que valorizem os sujeitos da

EJA em sua totalidade, garantindo o direito à educação como um processo contínuo e emancipador.

2.2. Permanência dos Estudantes na EJA

A permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um dos principais desafios enfrentados pelas políticas educacionais brasileiras, uma vez que essa modalidade de ensino atende sujeitos com trajetórias escolares marcadas por interrupções, exclusão educacional e inserção precoce no mundo do trabalho. Nesse sentido, a garantia do direito à educação não se limita ao acesso, mas envolve, sobretudo, a permanência e a conclusão da escolarização com aprendizagem significativa.

De acordo com Freire (1996), a educação deve ser compreendida como um processo dialógico, em que o estudante é reconhecido como sujeito ativo na construção do conhecimento. No entanto, na EJA, a permanência dos estudantes é frequentemente comprometida quando a escola não estabelece um diálogo efetivo com suas realidades sociais e culturais. A ausência de práticas pedagógicas contextualizadas, que valorizem os saberes prévios dos estudantes, pode gerar desmotivação e enfraquecimento do vínculo com o processo educativo, favorecendo a evasão escolar.

Essa abordagem contrapõe-se a modelos tradicionais de ensino que se baseiam na transmissão vertical de conteúdos, desconsiderando as experiências e os saberes prévios dos educandos. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa discussão torna-se especialmente pertinente, uma vez que os estudantes dessa modalidade apresentam trajetórias de vida marcadas por múltiplas

experiências sociais, culturais e profissionais, que precisam ser reconhecidas e integradas ao processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, Saviani (1991) destaca que a escola, inserida em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, em alguns casos, podem reproduzir essas desigualdades ao invés de superá-las. No contexto da EJA, isso se reflete nas condições precárias de permanência, já que muitos estudantes enfrentam jornadas de trabalho extensas, baixa renda, responsabilidades familiares e dificuldades de acesso a políticas de apoio, como transporte e alimentação. Esses fatores demonstram que a permanência escolar está diretamente relacionada às condições materiais de existência dos sujeitos.

Nesse sentido, ao invés de atuar exclusivamente como mecanismo de superação dessas desigualdades, a escola muitas vezes acaba por reproduzi-las, refletindo as contradições presentes na organização social mais ampla. No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa problemática torna-se ainda mais evidente, uma vez que os sujeitos atendidos por essa modalidade pertencem, em sua maioria, às camadas populares e vivenciam condições de vida marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas.

Esses estudantes frequentemente enfrentam jornadas extensas de trabalho, baixa renda, responsabilidades familiares e limitações no acesso a políticas públicas essenciais para sua permanência escolar, como transporte, alimentação e apoio institucional. Dessa forma, a permanência na escola não pode ser analisada de forma descontextualizada, pois está diretamente condicionada às condições materiais de existência dos sujeitos, evidenciando que a

continuidade dos estudos depende tanto de fatores educacionais quanto das estruturas sociais em que os estudantes estão inseridos.

Na mesma perspectiva, Vygotsky (1993) ressalta a importância da mediação pedagógica e das interações sociais no processo de aprendizagem, indicando que o conhecimento se constrói a partir das relações estabelecidas entre sujeito e meio. Assim, quando a escola não valoriza o contexto sociocultural do estudante da EJA, ela compromete a significação da aprendizagem, o que impacta diretamente sua permanência.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa concepção evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as experiências de vida dos estudantes, bem como seus saberes construídos fora do ambiente escolar. Quando a instituição de ensino desconsidera esse contexto sociocultural, há uma ruptura entre o conhecimento escolar e a realidade do educando, o que pode comprometer a significação da aprendizagem, reduzir o engajamento nas atividades escolares e, consequentemente, afetar a permanência desses sujeitos no processo educativo.

Wallon (1978 apud ALMEIDA, 2012), por sua vez, contribui ao enfatizar que o processo educativo envolve dimensões cognitivas e afetivas. Nesse sentido, muitos estudantes da EJA carregam experiências anteriores de fracasso escolar, o que afeta sua autoestima e confiança em relação à aprendizagem. A ausência de uma prática pedagógica acolhedora e sensível a essas dimensões emocionais pode se tornar um fator decisivo para a evasão.

Dessa forma, os desafios para a permanência dos estudantes na EJA são multifatoriais, envolvendo dimensões sociais, econômicas,

institucionais e pedagógicas. Nesse sentido, a evasão e a permanência não podem ser compreendidas de forma isolada, mas como resultado de um conjunto de condições estruturais e educacionais que influenciam diretamente a trajetória escolar desses sujeitos.

2.3. Principais Desafios Que Contribuem para Evasão Escolar na EJA

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um fenômeno complexo, relacionado a fatores sociais, econômicos, familiares, pedagógicos e institucionais que interferem na continuidade da escolarização. Compreender essa problemática exige superar explicações que atribuem exclusivamente aos estudantes a responsabilidade pelo abandono escolar, uma vez que suas trajetórias são atravessadas por desigualdades sociais e por condições de vida que podem dificultar o acesso, a frequência e a conclusão dos estudos. Nessa perspectiva, a análise da evasão precisa considerar tanto as circunstâncias externas à escola quanto as práticas pedagógicas e as condições de funcionamento das instituições responsáveis pela oferta dessa modalidade de ensino.

Haddad e Di Pierro (2000), ao analisarem a trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil, destacam os desafios históricos relacionados à democratização das oportunidades educacionais e à responsabilidade do poder público na garantia desse direito. Os autores situam a EJA no contexto das políticas educacionais brasileiras, evidenciando as limitações históricas que marcaram a oferta de escolarização para pessoas que não tiveram acesso à educação ou não conseguiram dar continuidade aos estudos na idade considerada regular. Essa perspectiva permite

compreender que a evasão não se restringe a uma dificuldade individual do estudante, mas também se relaciona à capacidade das políticas públicas de assegurar oportunidades efetivas de ingresso, permanência e continuidade da formação escolar.

Entre os principais fatores associados à evasão na EJA, destaca-se a dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Grande parte dos estudantes dessa modalidade precisa exercer atividades remuneradas para garantir a própria subsistência e contribuir para o sustento familiar. As extensas jornadas de trabalho, a informalidade, a instabilidade profissional e o cansaço físico podem comprometer a frequência às aulas e o acompanhamento das atividades escolares. Em determinadas situações, os estudantes precisam escolher entre comparecer à escola e atender às exigências do trabalho, especialmente quando dependem da renda obtida diariamente. Dessa forma, a interrupção dos estudos pode decorrer de condições materiais que restringem as possibilidades de permanência, e não necessariamente da ausência de interesse pela educação.

Essa relação entre trabalho e escolarização foi identificada por Guimarães (2025), em pesquisa de revisão de produções acadêmicas sobre a evasão na EJA. Ao examinar 22 pesquisas selecionadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a autora identificou que o trabalho, o cansaço provocado pelas jornadas laborais e a dificuldade de conciliar as atividades profissionais com os estudos aparecem entre os fatores sociais associados à interrupção da escolaridade. A pesquisa também evidencia que a evasão envolve uma combinação de circunstâncias, o que impede explicações simplificadoras sobre as razões que levam os estudantes a deixar a escola. Assim, a necessidade de trabalhar deve ser compreendida como uma condição social que pode limitar a

continuidade dos estudos, especialmente quando não existem políticas de apoio e formas de organização escolar compatíveis com a realidade dos educandos.

Outro desafio significativo diz respeito às condições socioeconômicas dos estudantes. A baixa renda, o desemprego, a insegurança financeira e as dificuldades para custear o transporte e a alimentação podem interferir diretamente na permanência escolar. Em contextos de vulnerabilidade, as necessidades imediatas de sobrevivência frequentemente assumem prioridade, reduzindo o tempo e os recursos disponíveis para a formação. Além disso, a distância entre a residência, o trabalho e a escola pode tornar o deslocamento cansativo ou financeiramente inviável. Guimarães (2025) identifica obstáculos de mobilidade e dificuldades econômicas entre os fatores relatados nas pesquisas analisadas, demonstrando que a permanência na EJA depende também de condições concretas que ultrapassam os limites da sala de aula.

As responsabilidades familiares constituem outro elemento importante nessa discussão. O cuidado com os filhos, as tarefas domésticas, a maternidade, as relações conjugais e a ausência de uma rede de apoio podem dificultar a continuidade dos estudos. Essas dificuldades podem atingir de maneira particular as mulheres que acumulam trabalho remunerado, responsabilidades domésticas e cuidados com familiares. Quando não dispõem de apoio para conciliar essas atividades, podem enfrentar faltas recorrentes ou interromper temporariamente a escolarização. A revisão realizada por Guimarães (2025) identifica a maternidade, as dinâmicas familiares e a insuficiência de incentivo familiar entre os fatores relacionados à evasão. Tais elementos reforçam a necessidade de considerar as desigualdades na distribuição das responsabilidades

de cuidado e de desenvolver estratégias institucionais que favoreçam a permanência dos estudantes.

A discussão também precisa considerar as trajetórias escolares anteriores dos educandos. Muitos estudantes da EJA retornam à escola depois de experiências de reprovação, dificuldades de aprendizagem, interrupções prolongadas ou situações em que não se sentiram acolhidos pelo sistema educacional. Essas experiências podem repercutir na confiança em suas próprias capacidades e nas expectativas em relação à escolarização. Por isso, a retomada dos estudos exige mais do que a oferta de uma vaga: pressupõe o reconhecimento das experiências acumuladas pelos estudantes, o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e a construção de relações pedagógicas que fortaleçam sua participação. Quando a escola desconsidera essas trajetórias, pode contribuir para a reprodução de sentimentos de inadequação e distanciamento do processo educativo.

Nesse sentido, Arroyo (2005) contribui para uma compreensão da EJA fundamentada no reconhecimento dos educandos como sujeitos de direitos, cujas trajetórias humanas e sociais precisam ser consideradas na organização da ação educativa. Essa perspectiva questiona concepções que reduzem os estudantes a indivíduos que precisam simplesmente recuperar conteúdos escolares não aprendidos anteriormente. Os jovens, adultos e idosos que frequentam essa modalidade possuem experiências profissionais, familiares, culturais e comunitárias que integram seus processos de formação. Reconhecer essas experiências é fundamental para construir uma proposta educativa que dialogue com suas necessidades e não reproduza práticas de exclusão que já marcaram suas trajetórias.

Além dos fatores sociais e econômicos, as práticas pedagógicas podem contribuir para o afastamento dos estudantes. A utilização de metodologias pouco participativas, a reprodução de estratégias destinadas exclusivamente ao ensino de crianças, a insuficiência de materiais didáticos específicos e a dificuldade de relacionar os conteúdos curriculares às experiências dos educandos podem comprometer o significado atribuído à escolarização. Na EJA, os estudantes apresentam diferentes idades, conhecimentos prévios, experiências de trabalho e níveis de aprendizagem. Essa diversidade exige planejamento, flexibilidade pedagógica e estratégias que favoreçam a participação de todos, sem infantilizar os adultos ou desconsiderar as dificuldades daqueles que tiveram pouco acesso à escolarização.

A pesquisa de Guimarães (2025) corrobora essa análise ao identificar, nas produções acadêmicas examinadas, a inadequação das práticas pedagógicas, a ausência de materiais didáticos específicos e a desconexão entre o currículo escolar e a realidade dos estudantes como fatores relacionados à evasão. Esses resultados indicam que a permanência não depende apenas da disposição individual dos educandos, mas também da qualidade e da pertinência da experiência educativa oferecida. Quando os conteúdos são apresentados de maneira descontextualizada e as estratégias de ensino não contemplam as características da turma, pode haver um distanciamento entre as expectativas dos estudantes e o trabalho desenvolvido pela instituição.

As contribuições de Freire (1996) também são relevantes para refletir sobre esse desafio. Ao defender uma prática educativa pautada no diálogo, no respeito aos saberes dos educandos e no desenvolvimento da autonomia, o autor oferece fundamentos para a

construção de relações pedagógicas mais participativas e significativas. Aplicados à EJA, esses princípios apontam para a importância de valorizar os conhecimentos construídos ao longo da vida e de estabelecer relações entre os conteúdos escolares e as experiências concretas dos estudantes. Embora essa obra não constitua, por si só, uma investigação empírica sobre as causas da evasão, seus fundamentos pedagógicos ajudam a refletir sobre a responsabilidade da escola na construção de ambientes que estimulem a participação, a aprendizagem e o sentimento de pertencimento.

A formação dos professores representa outro aspecto que merece atenção. O trabalho com jovens, adultos e idosos exige conhecimentos sobre as especificidades dessa modalidade, suas trajetórias educacionais, a diversidade dos sujeitos e as relações entre educação, trabalho e sociedade. Quando os professores não dispõem de formação adequada, materiais específicos, tempo para planejamento e condições institucionais favoráveis, podem encontrar dificuldades para desenvolver práticas que atendam às necessidades dos estudantes. Arroyo (2006), ao discutir a formação de educadores de jovens e adultos, ressalta a importância de considerar os sujeitos da EJA na construção da formação docente. Essa discussão permite compreender que a preparação dos profissionais precisa contemplar as características próprias da modalidade, evitando a simples transposição de métodos e conteúdos de outras etapas da educação básica.

Outro fator a ser considerado é a organização institucional da escola. A rigidez dos horários, a insuficiência de acompanhamento da frequência, a ausência de estratégias de acolhimento e a dificuldade de diálogo entre a equipe escolar e os estudantes podem agravar

situações de afastamento. A instituição precisa desenvolver mecanismos para identificar faltas recorrentes, compreender suas causas e estabelecer formas de contato que favoreçam o retorno dos educandos. Entretanto, essas iniciativas não devem assumir caráter meramente fiscalizador ou responsabilizador. O acompanhamento precisa ser orientado pela escuta, pelo respeito às condições de vida dos estudantes e pela busca conjunta de alternativas para a continuidade da escolarização.

A exclusão digital também pode constituir um obstáculo, sobretudo quando as atividades escolares dependem de tecnologias e os estudantes não dispõem de equipamentos, conexão à internet ou conhecimentos necessários para utilizá-los. A pesquisa de Guimarães (2025) aborda dificuldades relacionadas ao acesso a plataformas e recursos tecnológicos no contexto do ensino remoto durante a pandemia, evidenciando como as desigualdades preexistentes podem comprometer a participação escolar. Essa questão demonstra que a incorporação de tecnologias na EJA precisa ser acompanhada de condições de acesso, orientação pedagógica e alternativas para aqueles que enfrentam dificuldades de conectividade, evitando que os recursos digitais se transformem em mais uma barreira à aprendizagem.

Diante desses desafios, torna-se necessário compreender a evasão na EJA como resultado da interação entre fatores extraescolares e intraescolares. De um lado, encontram-se as desigualdades econômicas, as exigências do trabalho, as responsabilidades familiares, as condições de saúde e as dificuldades de deslocamento. De outro, estão as práticas pedagógicas, a formação docente, a organização curricular, a disponibilidade de materiais e as condições institucionais de acolhimento e acompanhamento. Esses fatores

podem atuar isoladamente ou em conjunto, de modo que uma mesma situação de abandono pode envolver diferentes dificuldades. Por essa razão, as estratégias de enfrentamento precisam ser construídas a partir do conhecimento da realidade dos educandos e da análise das condições concretas de funcionamento de cada escola.

Portanto, as contribuições de Haddad e Di Pierro (2000), Arroyo (2005, 2006), Freire (1996) e Guimarães (2025) permitem sustentar que a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos não deve ser interpretada como simples desinteresse dos estudantes. Trata-se de uma problemática que envolve a garantia do direito à educação, as desigualdades sociais, as condições de trabalho e as características da organização pedagógica e institucional. O enfrentamento desse fenômeno exige políticas públicas de acesso e permanência, formação adequada dos professores, currículos contextualizados, materiais didáticos pertinentes e práticas de acolhimento que reconheçam os educandos como sujeitos de direitos. Desse modo, reduzir a evasão implica não apenas assegurar o ingresso na escola, mas criar condições para que jovens, adultos e idosos possam aprender, permanecer e concluir sua formação escolar.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo descritivo e explicativo, fundamentado no método de revisão bibliográfica. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica configura-se como um procedimento metodológico que possibilita o levantamento, a análise e a interpretação de produções científicas já existentes, contribuindo

para a sistematização do conhecimento sobre determinado tema e para a construção de novas reflexões.

Esse tipo de investigação permite analisar e compreender, de forma aprofundada, os principais fatores relacionados à evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como os desafios que interferem na permanência dos estudantes no contexto educacional.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento, seleção e análise de produções científicas já publicadas, tais como livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos oficiais. Foram utilizados como principais referenciais teóricos autores brasileiros que discutem a temática da educação e da EJA, com destaque para Freire (1996), Saviani (1991), Vygotsky (1993) e Wallon (1978 apud ALMEIDA, 2012), cujas contribuições possibilitam compreender a evasão escolar a partir de dimensões sociais, pedagógicas e afetivas.

Para a coleta de dados, foram realizadas buscas em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO e periódicos científicos da área da educação, utilizando palavras-chaves como: “evasão escolar”; “Educação de Jovens e Adultos”; “permanência escolar”; e “políticas educacionais”; Como critérios de inclusão; foram selecionados trabalhos publicados em língua portuguesa; com foco na realidade brasileira e que apresentassem relação direta com a temática investigada; Foram excluídos estudos que não abordavam especificamente a EJA ou que não contribuíam de forma significativa para a compreensão do problema de pesquisa.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura exploratória, seletiva e interpretativa do material coletado, buscando identificar categorias temáticas relacionadas à evasão escolar e à permanência dos estudantes na EJA. Dessa forma, foi possível organizar e sistematizar as informações de modo a estabelecer relações entre os diferentes fatores que influenciam a trajetória escolar dos educandos.

Assim, a metodologia adotada possibilita uma compreensão crítica e fundamentada do fenômeno da evasão escolar na EJA, contribuindo para a reflexão sobre a importância de práticas pedagógicas e políticas públicas que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão da escolarização desses sujeitos.

4. CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS

A análise da literatura apresentada neste estudo evidencia que a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma problemática multidimensional, cuja compreensão exige considerar a articulação entre desigualdades sociais, condições econômicas, trajetórias escolares, práticas pedagógicas e organização institucional. Os estudos e as contribuições teóricas discutidos ao longo do trabalho permitem compreender que a interrupção da escolarização não pode ser atribuída exclusivamente à falta de interesse ou de compromisso dos estudantes, pois envolve circunstâncias que condicionam suas possibilidades de acesso, participação e permanência na escola.

Essa compreensão torna-se particularmente relevante quando se analisam as relações entre trabalho, renda e escolarização. Os

estudantes da EJA frequentemente precisam conciliar as atividades escolares com as exigências profissionais e as responsabilidades familiares. A jornada de trabalho, o cansaço físico, a instabilidade financeira e as dificuldades de deslocamento podem comprometer a frequência e a participação nas atividades escolares. Tais circunstâncias demonstram que a permanência não depende somente da decisão individual de estudar, mas também das condições sociais que tornam possível ou dificultam a continuidade da formação.

A análise também permite compreender que os fatores externos à escola não devem ser examinados isoladamente das condições internas das instituições educacionais. Embora as desigualdades econômicas e as responsabilidades familiares representem obstáculos significativos, as práticas pedagógicas, a organização curricular e as relações estabelecidas no ambiente escolar podem favorecer ou dificultar a permanência dos estudantes. Quando a escola não considera as especificidades dos sujeitos da EJA, suas experiências de vida e seus conhecimentos prévios, corre o risco de desenvolver um processo educativo pouco relacionado às necessidades e expectativas desse público.

No que se refere às práticas pedagógicas, as contribuições de Freire (1996) permitem discutir a importância do diálogo, do respeito aos conhecimentos dos estudantes e da construção da autonomia no processo educativo. A partir dessa concepção, o ensino na EJA precisa superar práticas centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos e desenvolver estratégias que relacionem os conhecimentos escolares às experiências concretas dos educandos. Essa aproximação pode contribuir para que os estudantes reconheçam o sentido da escolarização em suas vidas e fortaleçam

sua participação nas atividades propostas. Entretanto, é importante compreender que práticas contextualizadas, embora relevantes, não eliminam isoladamente os obstáculos econômicos e sociais que interferem na permanência escolar.

As contribuições de Vygotsky (1993), conforme mobilizadas no referencial teórico, também ajudam a compreender a importância das interações sociais e da mediação pedagógica na aprendizagem. No contexto da EJA, o diálogo entre professor e estudantes, a troca de experiências entre os colegas e a valorização dos conhecimentos construídos fora da escola podem favorecer a participação e a aprendizagem. Essa perspectiva evidencia que a construção do conhecimento ocorre em um contexto social e cultural, o que reforça a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos sujeitos e promovam relações significativas com os conteúdos escolares.

As experiências anteriores de reprovação, exclusão e dificuldades de aprendizagem podem repercutir na autoestima e na confiança dos estudantes em relação às suas possibilidades de concluir os estudos. Nesse sentido, as contribuições de Wallon (1978 apud ALMEIDA, 2012) permitem considerar que a aprendizagem envolve dimensões que ultrapassam os aspectos estritamente cognitivos. O acolhimento, o respeito, a valorização dos esforços e a construção de vínculos positivos no ambiente escolar podem favorecer o envolvimento dos educandos. Todavia, a atenção à dimensão afetiva precisa estar articulada a condições pedagógicas e sociais que assegurem efetivamente a continuidade da escolarização.

A análise dos desafios relacionados à permanência também evidencia a importância da formação dos professores e das

condições institucionais de trabalho. O atendimento aos estudantes da EJA exige planejamento pedagógico que considere a diversidade etária, os diferentes níveis de aprendizagem e as experiências socioculturais dos educandos. A insuficiência de materiais didáticos adequados, a dificuldade de desenvolver metodologias contextualizadas e a ausência de acompanhamento sistemático da frequência podem limitar as possibilidades de intervenção da escola diante de situações de afastamento. Assim, a formação continuada dos docentes e o apoio institucional constituem aspectos relevantes para a construção de práticas educativas compatíveis com as necessidades dessa modalidade.

Outro ponto importante diz respeito à responsabilidade das políticas públicas na garantia das condições de acesso e permanência. Se os estudantes enfrentam dificuldades para conciliar trabalho e estudo, custear o transporte ou atender às responsabilidades familiares, torna-se necessário que as ações educacionais sejam articuladas a medidas de apoio que considerem essas necessidades. A escola, por sua vez, pode contribuir por meio da escuta dos estudantes, do acompanhamento das faltas, da busca ativa daqueles que interrompem a frequência e da construção de alternativas pedagógicas adequadas às diferentes realidades. Essas iniciativas, entretanto, precisam integrar uma política mais ampla de garantia do direito à educação, não devendo transferir exclusivamente para a instituição escolar a responsabilidade por problemas decorrentes das desigualdades sociais.

A discussão desenvolvida permite, ainda, estabelecer uma relação entre evasão e permanência escolar. Enquanto a evasão evidencia as dificuldades que levam os estudantes a interromper seus estudos, a permanência exige condições para que eles encontrem na escola

oportunidades reais de aprendizagem, acolhimento e continuidade da formação. Portanto, não basta identificar os fatores associados ao abandono; é necessário compreender como esses fatores se manifestam na realidade dos educandos e quais ações podem contribuir para enfrentá-los. Essa compreensão exige que as instituições educacionais acompanhem suas trajetórias escolares e desenvolvam estratégias que considerem tanto as necessidades individuais quanto as condições sociais que influenciam a frequência.

Diante das discussões realizadas, compreende-se que o enfrentamento da evasão escolar na EJA requer uma atuação articulada entre poder público, gestão escolar, professores e comunidade. A ampliação do acesso precisa ser acompanhada de políticas de permanência, condições adequadas de funcionamento das escolas, formação docente, práticas pedagógicas contextualizadas e mecanismos de acompanhamento dos estudantes. Além disso, é fundamental reconhecer que cada educando apresenta uma trajetória específica, de modo que as estratégias de enfrentamento devem partir da escuta e da compreensão dos obstáculos efetivamente vivenciados.

Assim, a análise da literatura permite interpretar a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos como uma expressão das desigualdades que atravessam a sociedade e o sistema educacional brasileiro, sem desconsiderar a influência das práticas pedagógicas e das condições institucionais. As contribuições teóricas examinadas sustentam a necessidade de superar abordagens que responsabilizam exclusivamente os estudantes pela interrupção dos estudos e de fortalecer ações que garantam não apenas o ingresso, mas também a permanência e a aprendizagem. Nessa perspectiva,

a efetivação do direito à educação depende do reconhecimento dos educandos como sujeitos de direitos e da construção de condições sociais, pedagógicas e institucionais que possibilitem a continuidade de suas trajetórias escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (org.). *Afetividade, aprendizagem e educação de jovens e adultos: relatos de pesquisa na perspectiva de Henri Wallon*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ARROYO, Miguel González. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio José Gomes (org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica; SECAD-MEC; UNESCO, 2006. p. 17-32.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 19 out. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Sheila Denize. Práticas pedagógicas e questões sociais: evasão na Educação de Jovens e Adultos. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 25, n. 86, p. 1252-1263, jul./set. 2025. DOI: https://doi.org/10.7213/1981-416x.25.086.ds09.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 24. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

---

[1] Acadêmico do 8º período do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Mestra em Ensino pela UNIVATES. Professora pedagoga do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Santa Terezinha - FEST. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail